

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

R\$ mil					
ATIVO	Exercício 2010	Exercício 2009	PASSIVO	Exercício 2010	Exercício 2009
DISPONÍVEL	915	581	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.594	3.303
		(Reclassificado)	Gestão Previdencial (Nota 4.5)	2.044	2.370
REALIZÁVEL	745.341	682.109	Gestão Administrativa (Nota 4.6)	315	471
Gestão Previdencial (Nota 4.1)	24.373	31.537	Investimentos	235	462
Gestão Administrativa	295	53			
Investimentos (Nota 4.3)	720.673	650.519	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	760	237
Títulos Públicos	219.678	191.856	Gestão Previdencial (Nota 4.7)	760	237
Créditos Privados e Depósitos	300.632	230.288			
Ações	21.540	234	PATRIMÔNIO SOCIAL	743.979	680.310
Fundos de Investimento	132.673	184.516	Patrimônio de Cobertura do Plano	674.218	625.288
Investimentos Imobiliários	26.482	25.844	Provisões Matemáticas (Nota 4.8)	626.940	580.457
Empréstimos	19.476	17.781	Benefícios Concedidos	387.610	364.759
Outros Realizáveis	192	0	Benefícios a Conceder	239.330	215.698
PERMANENTE (Nota 4.4)	1.077	1.160	Equilíbrio Técnico (Nota 4.9.1)	47.278	44.831
Imobilizado	840	872	Resultados Realizados	47.278	44.831
Intangível	237	288	Superávit Técnico Acumulado	47.278	44.831
			Fundos	69.761	55.022
			Fundos Previdenciais (Nota 4.9.2)	68.233	53.792
			Fundos Administrativos (Nota 4.9.3)	1.443	1.160
			Fundos dos Investimentos (Nota 4.9.4)	85	70
TOTAL DO ATIVO	747.333	683.850	TOTAL DO PASSIVO	747.333	683.850

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS BDI

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil			
DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1. Ativos	68.345	63.864	7,02
Disponível	1	6	(83,33)
Recebível	171	76	125,00
Investimento	68.173	63.782	6,88
Títulos Públicos	20.749	19.428	6,80
Créditos Privados e Depósitos	28.396	20.112	41,19
Ações	2.151	88	2.344,32
Fundos de Investimento	12.643	20.006	(36,80)
Investimentos Imobiliários	4.014	3.940	1,88
Empréstimos	212	208	1,92
Outros Realizáveis	8	0	100,00
2. Obrigações	383	384	(0,26)
Operacional	382	383	(0,26)
Contingencial	1	1	0
3. Fundos não Previdenciais	78	4	1.850,00
Fundos Administrativos	74	0	100,00
Fundos de Investimentos	4	4	0
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	67.884	63.476	6,94
Provisões Matemáticas	61.280	57.689	6,22
Fundos Previdenciais	6.604	5.787	14,12

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS OP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil			
DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1. Ativos	124.456	109.829	13,32
Disponível	0	10	(100,00)
Recebível	651	424	53,54
Investimento	123.805	109.395	13,17
Títulos Públicos	36.236	31.790	13,99
Créditos Privados e Depósitos	49.590	32.911	50,68
Ações	3.663	145	2.426,21
Fundos de Investimento	21.990	32.736	(32,83)
Investimentos Imobiliários	6.569	6.447	1,89
Empréstimos	5.739	5.366	6,95
Outros Realizáveis	18	0	100,00
2. Obrigações	248	180	37,78
Operacional	243	180	35,00
Contingencial	5	0	100,00
3. Fundos não Previdenciais	242	6	3.933,33
Fundos Administrativos	221	0	100,00
Fundos de Investimentos	21	6	250,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	123.966	109.643	13,06
Provisões Matemáticas	117.942	104.503	12,86
Fundos Previdenciais	6.024	5.140	17,20

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO CELPA BDI

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1. Ativos	136.419	127.740	6,79
Disponível	154	0	100,00
Recebível	1.099	2.900	(62,10)
Investimento	135.166	124.840	8,27
Títulos Públicos	41.988	39.084	7,43
Créditos Privados e Depósitos	57.461	43.287	32,74
Ações	4.159	0	100,00
Fundos de Investimento	25.398	36.680	(30,76)
Investimentos Imobiliários	4.576	4.327	5,75
Empréstimos	1.584	1.462	8,34
2. Obrigações	117	230	(49,13)
Operacional	117	215	(45,58)
Contingencial	0	15	100,00
3. Fundos não Previdenciais	59	1	5.800,00
Fundos Administrativos	58	0	100,00
Fundos de Investimentos	1	1	0
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	136.243	127.509	6,85
Provisões Matemáticas	95.492	92.407	3,34
Superávit/Déficit Técnico	23.873	23.102	3,34
Fundos Previdenciais	16.878	12.000	40,65

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO CELPA BDII

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1. Ativos	68.351	64.619	5,78
Disponível	82	0	100,00
Recebível	617	1.540	(59,94)
Investimento	67.652	63.079	7,25
Títulos Públicos	20.974	19.711	6,41
Créditos Privados e Depósitos	28.704	21.832	31,48
Ações	2.087	0	100,00
Fundos de Investimento	12.696	18.499	(31,37)
Investimentos Imobiliários	2.308	2.181	5,82
Empréstimos	883	856	3,15
2. Obrigações	215	540	(60,19)
Operacional	122	419	(70,88)
Contingencial	93	121	(23,14)
3. Fundos não Previdenciais	64	1	6.300,00
Fundos Administrativos	63	0	100,00
Fundos de Investimentos	1	1	0
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	68.072	64.078	6,23
Provisões Matemáticas	48.369	46.924	3,08
Superávit/Déficit Técnico	12.092	11.731	3,08
Fundos Previdenciais	7.611	5.423	40,35

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO CELPA OP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1. Ativos	111.830	97.123	15,14
Disponível	34	0	100,00
Recebível	788	918	(14,16)
Investimento	111.008	96.205	15,39
Títulos Públicos	33.302	28.905	15,21
Créditos Privados e Depósitos	45.575	31.996	42,44
Ações	3.213	0	100,00
Fundos de Investimento	20.063	27.125	(26,04)
Investimentos Imobiliários	3.383	3.197	5,82
Empréstimos	5.461	4.981	9,64
Outros Realizáveis	11	1	1.000,00
2. Obrigações	786	370	112,43
Operacional	126	272	(53,68)
Contingencial	660	98	573,47
3. Fundos não Previdenciais	249	46	441,30
Fundos Administrativos	203	0	100,00
Fundos de Investimentos	46	46	0
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	110.795	96.707	14,57
Provisões Matemáticas	91.080	79.254	14,92
Superávit/Déficit Técnico	10.366	9.998	3,68
Fundos Previdenciais	9.349	7.455	25,41

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO CEMAT BDI

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil			
DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1. Ativos	45.482	43.552	4,43
Disponível	196	110	78,18
Recebível	6.890	8.135	(15,30)
Investimento	38.396	35.307	8,75
Títulos Públicos	12.005	11.160	7,57
Créditos Privados e Depósitos	16.429	12.105	35,72
Ações	1.188	0	100,00
Fundos de Investimento	7.260	10.566	(31,29)
Investimentos Imobiliários	1.232	1.259	(2,14)
Empréstimos	282	217	29,95
2. Obrigações	284	279	1,79
Operacional	284	279	1,79
3. Fundos não Previdenciais	32	2	1.500,00
Fundos Administrativos	29	0	100,00
Fundos de Investimentos	3	2	50,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	45.166	43.271	4,38
Provisões Matemáticas	41.009	39.507	3,80
Fundos Previdenciais	4.157	3.764	10,44

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO CEMAT OP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1. Ativos	158.500	146.520	8,18
Disponível	378	392	(3,57)
Recebível	14.046	16.362	(14,15)
Investimento	144.076	129.766	11,03
Títulos Públicos	43.824	39.835	10,01
Créditos Privados e Depósitos	59.973	43.201	38,82
Ações	4.303	0	100,00
Fundos de Investimento	26.473	37.718	(29,81)
Investimentos Imobiliários	4.399	4.493	(2,09)
Empréstimos	5.099	4.519	12,83
Outros Realizáveis	5	0	100,00
2. Obrigações	666	826	(19,37)
Operacional	666	826	(19,37)
3. Fundos não Previdenciais	219	11	1.890,91
Fundos Administrativos	211	0	100,00
Fundos de Investimentos	8	11	(27,27)
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	157.615	145.683	8,19
Provisões Matemáticas	144.348	134.868	7,03
Fundos Previdenciais	13.267	10.815	22,67

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO BENEFÍCIOS R

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1. Ativos	33.606	28.972	15,99
Disponível	61	57	7,02
Recebível	1.553	1.181	31,50
Investimento	31.992	27.734	15,35
Títulos Públicos	10.516	1.786	488,80
Créditos Privados e Depósitos	14.392	24.685	(41,70)
Ações	767	0	100,00
Fundos de Investimento	6.097	1.091	458,85
Empréstimos	217	172	26,16
Outros Realizáveis	3	0	100,00
2. Obrigações	309	259	19,31
Operacional	309	259	19,31
3. Fundos não Previdenciais	585	0	100,00
Fundos Administrativos	584	0	100,00
Fundos de Investimentos	1	0	100,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	32.712	28.713	13,93
Provisões Matemáticas	27.420	25.307	8,35
Superávit/Déficit Técnico	947	-	100,00
Fundos Previdenciais	4.345	3.406	27,57

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS BDI

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	63.476	59.296	7,05
	1. Adições	8.963	8.213	9,13
(+)	Contribuições	814	826	(1,45)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.149	7.387	10,32
	2. Destinações	(4.555)	(4.033)	12,94
(-)	Benefícios	(4.425)	(4.018)	10,13
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(87)	0	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(43)	(15)	186,67
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.408	4.180	5,45
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.591	3.550	1,15
(+/-)	Fundos Previdenciais	817	630	29,68
	4. Operações Transitórias	0	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	67.884	63.476	6,94
	C) Fundos não previdenciais	78	4	1.850,00
(+/-)	Fundos Administrativos	74	0	100,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	4	4	0

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS OP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	109.643	97.596	12,34
	1. Adições	19.929	17.721	12,46
(+)	Contribuições	5.605	4.766	17,60
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.324	12.940	10,70
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	15	(100,00)
	2. Destinações	(5.606)	(5.674)	(1,20)
(-)	Benefícios	(5.069)	(5.515)	(8,09)
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(62)	0	100,00
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(5)	0	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(470)	(159)	195,60
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	14.323	12.047	18,89
(+/-)	Provisões Matemáticas	13.439	11.729	14,58
(+/-)	Fundos Previdenciais	884	318	177,99
	4. Operações Transitórias	0	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	123.966	109.643	13,06
	C) Fundos não previdenciais	242	6	3.933,33
(+/-)	Fundos Administrativos	221	0	100,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	21	6	250,00

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO CELPA BDI

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	127.509	120.447	5,86
	1. Adições	17.602	15.605	12,80
(+)	Contribuições	1.023	1.142	(10,42)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.564	14.463	14,53
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	15	0	100,00
	2. Destinações	(8.868)	(8.543)	3,80
(-)	Benefícios	(8.841)	(8.539)	3,54
(-)	Custeio Administrativo	(27)	(4)	575,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	8.734	7.062	23,68
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.085	6.192	(50,18)
(+/-)	Fundos Previdenciais	4.878	(22.232)	(121,94)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	771	23.102	(96,66)
	4. Operações Transitórias	0	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	136.243	127.509	6,85
	C) Fundos não previdenciais	59	1	5.800,00
(+/-)	Fundos Administrativos	58	0	100,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1	1	0

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente

CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador

CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO CELPA BDII

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	64.078	61.040	4,98
	1. Adições	8.531	7.600	12,25
(+)	Contribuições	248	323	(23,22)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.254	7.277	13,43
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	29	0	100,00
	2. Destinações	(4.537)	(4.562)	(0,55)
(-)	Benefícios	(4.505)	(4.541)	(0,79)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	0	(15)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(32)	(6)	433,33
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.994	3.038	31,47
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.445	2.607	(44,57)
(+/-)	Fundos Previdenciais	2.188	(11.300)	(119,36)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	361	11.731	(96,92)
	4. Operações Transitórias	0	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	68.072	64.078	6,23
	C) Fundos não previdenciais	64	1	6.300,00
(+/-)	Fundos Administrativos	63	0	100,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1	1	0,00

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO CELPA OP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	96.707	85.404	13,23
	1. Adições	17.781	14.976	18,73
(+)	Contribuições	4.624	3.950	17,06
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	13.157	11.026	19,33
	2. Destinações	(3.693)	(3.673)	0,54
(-)	Benefícios	(2.770)	(3.549)	(21,95)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(561)	(12)	4.575,00
(-)	Custeio Administrativo	(362)	(112)	223,21
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	14.088	11.303	24,64
(+/-)	Provisões Matemáticas	11.826	10.125	16,80
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.893	(8.820)	(121,46)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	369	9.998	(96,31)
	4. Operações Transitórias	0	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	110.795	96.707	14,57
	C) Fundos não previdenciais	249	46	441,30
(+/-)	Fundos Administrativos	203	0	100,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	46	46	0

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO CEMAT BDI

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	43.271	41.553	4,13
	1. Adições	5.656	5.340	5,92
(+)	Contribuições	1.057	1.167	(9,43)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.599	4.173	10,21
	2. Destinações	(3.761)	(3.622)	3,84
(-)	Benefícios	(3.743)	(3.619)	3,43
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(4)	0	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(14)	(3)	366,67
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.895	1.718	10,30
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.502	2.900	(48,21)
(+/-)	Fundos Previdenciais	393	(1.182)	(133,25)
	4. Operações Transitórias	0	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	45.166	43.271	4,38
	C) Fundos não previdenciais	32	2	1.500,00
(+/-)	Fundos Administrativos	29	0	100,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	3	2	50,00

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO CEMAT OP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	145.683	136.961	6,37
	1. Adições	21.577	19.850	8,70
(+)	Contribuições	4.548	4.269	6,54
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.029	15.581	9,29
	2. Destinações	(9.645)	(11.128)	(13,33)
(-)	Benefícios	(9.330)	(11.026)	(15,38)
(-)	Custeio Administrativo	(315)	(102)	208,82
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	11.932	8.722	36,80
(+/-)	Provisões Matemáticas	9.481	10.168	(6,76)
(+/-)	Fundos Previdenciais	2.451	(1.446)	(269,50)
	4. Operações Transitórias	0	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	157.615	145.683	8,19
	C) Fundos não previdenciais	220	11	1.900,00
(+/-)	Fundos Administrativos	212	0	100,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	8	11	(27,27)

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente

CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador

CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO DE RISCO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	28.713	28.163	1,95
	1. Adições	8.679	4.298	101,93
(+)	Contribuições	5.131	2.214	131,75
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.548	2.084	70,25
	2. Destinações	(4.680)	(3.748)	24,87
(-)	Benefícios	(3.558)	(3.364)	5,77
(-)	Custeio Administrativo	(1.122)	(384)	192,19
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.999	550	627,09
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.114	1.884	12,21
(+/-)	Fundos Previdenciais	939	(1.334)	(170,39)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	946	0	100,00
	4. Operações Transitórias	0	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	32.712	28.713	13,93
	C) Fundos não previdenciais	585	0	100,00
(+/-)	Fundos Administrativos	584	0	100,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1	0	100,00

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	679.081	630.458	7,71
	1. Adições	110.975	97.939	13,31
(+)	Contribuições Previdenciais	20.666	18.657	10,77
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	85.622	74.931	14,27
(+)	Receitas Administrativas	4.659	3.087	50,92
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	28	67	(58,21)
(+)	Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	0	1.197	(100,00)
	2. Destinações	(47.605)	(49.316)	(3,47)
(-)	Benefícios	(42.241)	(44.170)	(4,37)
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(154)	0	100,00
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(523)	(11)	4.654,55
(-)	Despesas Administrativas	(4.404)	(5.135)	(14,24)
(-)	Constituição de Fundos - Gestão Administrativa	(283)	0	100,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	63.370	48.623	30,33
(+/-)	Provisões Matemáticas	46.482	49.156	(5,44)
(+/-)	Fundos Previdenciais	14.441	(45.364)	(131,83)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.447	44.831	(94,54)
	4. Operações Transitórias	0	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	742.451	679.081	9,33
	C) Fundos não previdenciais	1.528	1.230	24,23
(-)	Fundos Administrativos	1.443	1.160	24,40
(-)	Fundos dos Investimentos	85	70	21,43

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.160	2.357	(50,78)
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.687	2.522	85,84
1.1. Receitas	4.687	2.522	85,84
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.150	784	174,23
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.456	1.416	73,45
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	32	0	100,00
Receitas Diretas	0	225	(100,00)
Resultado Positivo dos Investimentos	28	67	(58,21)
Outras Receitas	21	30	(30,00)
2. Despesas Administrativas	4.404	3.719	18,42
2.1. Administração Previdencial	2.532	2.304	9,90
Pessoal e encargos	1.212	1.057	14,66
Treinamentos/congressos e seminários	6	7	(14,29)
Viagens e estadias	53	56	(5,36)
Serviços de terceiros	638	703	(9,25)
Despesas gerais	546	431	26,68
Depreciações e amortizações	77	49	57,14
Outras Despesas	0	1	(100,00)
2.2. Administração dos Investimentos	1.872	1.415	32,30
Pessoal e encargos	759	663	14,48
Treinamentos/congressos e seminários	3	4	(25,00)
Viagens e estadias	33	35	(5,71)
Serviços de terceiros	517	405	27,65
Despesas gerais	512	276	85,51
Depreciações e amortizações	48	31	54,84
Outras Despesas	0	1	(100,00)
3. Resultado Negativo dos Investimentos			
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	283	(1.197)	(123,64)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	283	(1.197)	(123,64)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	1.443	1.160	24,40

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS BDI

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	61.280	57.689	6,22
- 1. Provisões Matemáticas	61.280	57.689	6,22
- 1.1. Benefícios Concedidos	48.291	45.050	7,19
Contribuição Definida	48.291	45.050	7,19
Benefício Definido			
1.2. Benefício a Conceder	12.989	12.639	2,77
Benefício Definido	12.989	12.639	2,77
2. Equilíbrio Técnico	0	0	0

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS OP

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	117.942	104.503	12,86
- 1. Provisões Matemáticas	117.942	104.503	12,86
- 1.1. Benefícios Concedidos	28.597	25.757	11,03
Contribuição Definida	1.548	0	100,00
Benefício Definido	27.049	25.757	5,02
1.2. Benefício a Conceder	89.345	78.746	13,46
Contribuição Definida	89.345	78.746	13,46
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	4.633	34.590	(86,61)
Saldo de contas - parcela participantes	84.712	44.156	91,85
2. Equilíbrio Técnico	0	0	0

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS CELPA BDI

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	119.365	115.509	3,34
- 1. Provisões Matemáticas	95.492	92.407	3,34
- 1.1. Benefícios Concedidos	95.492	92.407	3,34
Contribuição Definida	0	0	0
Benefício Definido	95.492	92.407	3,34
2. Equilíbrio Técnico	23.873	23.102	3,34
2.1. Resultados Realizados	23.873	23.102	3,34
Superávit técnico acumulado	23.873	23.102	3,34
Reserva de contingência	23.873	23.102	3,34

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente

CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador

CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS CELPA BDII

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	60.461	58.655	3,08
- 1. Provisões Matemáticas	48.369	46.924	3,08
- 1.1. Benefícios Concedidos	46.882	45.895	2,15
Contribuição Definida	0	0	0
Benefício Definido	46.882	45.895	2,15
1.2. Benefício a Conceder	1.487	1.029	44,51
Benefício Definido	1.487	1.029	44,51
2. Equilíbrio Técnico	12.092	11.731	3,08
2.1. Resultados Realizados	12.092	11.731	3,08
Superávit técnico acumulado	12.092	11.731	3,08
Reserva de contingência	12.092	11.731	3,08

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS CELPA OP

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	101.446	89.252	13,66
- 1. Provisões Matemáticas	91.080	79.254	14,92
- 1.1. Benefícios Concedidos	6.869	6.065	13,26
Contribuição Definida	586	0	100,00
Benefício Definido	6.283	6.065	3,59
1.2. Benefício a Conceder	84.211	73.189	15,06
Contribuição Definida	84.211	73.189	15,06
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	4.669	30.421	(84,65)
Saldo de contas - parcela participantes	79.542	42.768	85,98
2. Equilíbrio Técnico	10.366	9.998	3,68
2.1. Resultados Realizados	10.366	9.998	3,68
Superávit técnico acumulado	10.366	9.998	3,68
Reserva de contingência	10.366	9.998	3,68

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS CEMAT BDI

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	41.009	39.507	3,80
- 1. Provisões Matemáticas	41.009	39.507	3,80
- 1.1. Benefícios Concedidos	39.886	38.367	3,96
Benefício Definido	39.886	38.367	3,96
1.2. Benefício a Conceder	1.123	1.140	(1,49)
Benefício Definido	1.123	1.140	(1,49)
2. Equilíbrio Técnico	0	0	0

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO ELÉTRICAS CEMAT OP

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	144.348	134.868	7,03
- 1. Provisões Matemáticas	144.348	134.868	7,03
- 1.1. Benefícios Concedidos	94.173	85.913	9,61
Contribuição Definida	2.772	0	100,00
Benefício Definido	91.401	85.913	6,39
1.2. Benefício a Conceder	50.175	48.955	2,49
Contribuição Definida	50.175	48.955	2,49
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	2.515	23.998	(89,52)
Saldo de contas - parcela participantes	47.660	24.957	90,97
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	0	0	0
2. Equilíbrio Técnico	0	0	0

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

PLANO BENEFÍCIOS R

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	28.367	25.307	12,09
- 1. Provisões Matemáticas	27.420	25.307	8,35
- 1.1. Benefícios Concedidos	27.420	25.307	8,35
Contribuição Definida	-		
Benefício Definido	27.420	25.307	8,35
2. Equilíbrio Técnico	947	0	100,00
2.1. Resultados Realizados	947	0	100,00
Superávit técnico acumulado	947	0	100,00
Reserva de contingência	947	0	100,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de R\$)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Características e Finalidades

A **REDEPREV** - Fundação Rede de Previdência (“Fundação” ou “REDEPREV”) é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, enquadrando-se como Entidade Fechada de Previdência Complementar, com funcionamento autorizado através da Portaria nº. 47, de 24 de Outubro de 2003 do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar, iniciando suas atividades em **02 de Fevereiro de 2004**, conforme Portaria nº. 67 de 03 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2003 e republicada com retificação, em 11 de Dezembro de 2003.

Foi instituída pela fusão de 3 fundações, absorvendo todos os bens, direitos e obrigações, são elas: a Fundação Grão Pará de Previdência e Assistência Social - **FUNGRAPA** ; Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT - **PREVIMAT** ; Fundação Rede de Seguridade - **FUNREDE**; e tem como patrocinadora as seguintes empresas:

- Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA;
- Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT;
- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A., ENERSUL
- Empresa Elétrica Bragantina S.A.;
- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.;
- Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.;
- Companhia Nacional de Energia Elétrica;
- Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;
- Companhia Força e Luz do Oeste;
- CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.;
- Rede Comercializadora de Energia S.A.;
- Rede Power do Brasil S.A.;
- Tocantins Energética S.A.;
- ELUCID Solutions S.A.;
- Rede Energia S/A;
- DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.;
- BBPM Participações S.A.
- REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Na forma das suas disposições estatutárias e regulamentares a Fundação tem por finalidade principal: Instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados das Patrocinadoras e da própria Fundação, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais, conforme disposto no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e na legislação vigente.

Para a consecução de seus objetivos, a Fundação obtém recursos de contribuições das patrocinadoras e dos mantenedores beneficiários, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação de parte desses recursos em investimentos. É regida pela Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001. Por decorrência, obedece às normas baixadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e às Resoluções do Banco Central do Brasil - BACEN aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

A REDEPREV administra atualmente 08 (oito) planos de benefícios previdenciais sendo que 05 (cinco) planos estruturados

na modalidade de Benefícios Definidos e 03 (três) planos de Contribuição Variável, conforme enquadramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, cujo custeio é estabelecido pelo atuário com base na Avaliação Atuarial.

A REDEPREV possuía em 31 de dezembro de 2010 e 2009 as seguintes quantidades de participantes:

PLANOS	31/12/2010	31/12/2009
ELÉTRICAS BDI	378	380
Ativos	29	30
Assistidos	236	245
Beneficiários (Pensionistas)	110	102
Autopatrocinados	3	3
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
ELÉTRICAS OP	2.344	2.278
Ativos	2.272	2.207
Assistidos	42	37
Beneficiários (Pensionistas)	0	0
Autopatrocinados	19	23
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	11	11
CELPA BDI	308	307
Ativos	0	0
Assistidos	271	274
Beneficiários (Pensionistas)	37	33
Autopatrocinados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CELPA BDII	334	334
Ativos	13	13
Assistidos	184	193
Beneficiários (Pensionistas)	137	128
Autopatrocinados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CELPA OP	2.124	2.103
Ativos	2.080	2.058
Assistidos	27	26
Beneficiários (Pensionistas)	0	0
Autopatrocinados	4	5
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	13	14
CEMAT BDI	152	152
Ativos	4	4
Assistidos	100	100
Beneficiários (Pensionistas)	48	48
Autopatrocinados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CEMAT OP	2.073	1.940

Ativos	1.734	1.603
Assistidos	285	280
Beneficiários (Pensionistas)	32	28
Autopatrocínados	16	20
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	6	9
TOTAL PARTICIPANTES	7.713	7.494

A inscrição nos Planos OPTATIVOS ocorre de forma indissociável ao Plano de RISCO, conseqüentemente, todos os participantes inscritos nos respectivos planos ficam automaticamente cobertos aos benefícios de RISCO.

PLANO DE RISCO	6.240	5.932
Ativos	6.098	5.791
Assistidos	64	58
Beneficiários (Pensionistas)	39	36
Autopatrocínados	39	47

Informações do cenário brasileiro e rentabilidade da Fundação

O aumento da renda dos brasileiros e a situação positiva do mercado de trabalho – com a menor taxa de desemprego já registrada – deram força ao mercado interno no ano de 2010. Com isso, a economia brasileira cresceu 7,5%.

O mercado interno foi “o principal sustentáculo do crescimento da economia brasileira no ano passado”. O consumo das famílias, impulsionado pelo crédito e pelos ganhos reais de renda, cresceu 7% em 2010 acima dos 4,2% registrados no ano anterior.

O consumo do governo também contribuiu, mas em ritmo menor - cresceu 3,3% no ano passado. Já o setor externo, com as importações crescendo em ritmo maior que o das exportações, acabou tendo efeito negativo sobre o PIB no ano passado.

A atividade industrial teve forte avanço (elevação de 10,1%); a agropecuária e o setor de serviços, por sua vez, evoluíram a taxas bastante semelhantes em 2010 (6,5% e 5,4% respectivamente).

Para a maioria dos economistas, a economia brasileira não deve conseguir manter o mesmo desempenho de 2010 nos próximos anos. Isso porque, além da base de comparação ser fraca - em 2009 a economia brasileira encolheu 0,6% -, as medidas de restrição de crédito e os aumentos de juros esperados para este ano devem desacelerar o ritmo de crescimento do PIB.

A RedePrev terminou 2010 exibindo números que confirmam o equilíbrio dos seus planos previdenciários, uma saúde financeira e atuarial expressa em um Ativo Consolidado de R\$ 747,3 milhões, alta de 9,28% em relação a 2009 e com um excedente patrimonial de R\$ 115,5 milhões. Conseguimos no ano passado obter bons resultados para a carteira de investimentos, acima da média dos retornos alcançados pelos fundos de pensão e pelos fundos de previdência aberta (PGBL e VGBL) do Brasil.

A rentabilidade patrimonial média consolidada dos planos de benefícios previdenciários administrados pela RedePrev, calculada pelo método da valorização da cota, resultou em uma taxa nominal de 13,65% no exercício passado (ou 140,14% do CDI). A referida taxa, descontada a meta atuarial de 12,32% (INPC + 5,5% a.a.), traduziu-se em uma taxa de rentabilidade real líquida de 1,18%, acima da referida meta.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da REDEPREV estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos

reguladores e fiscalizadores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução CNPC nº 01 de 03 de março de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observados as gestões Previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis da REDEPREV: Balancetes por Plano de Benefícios Previdenciais, Balancete do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das demonstrações contábeis e Balancete Consolidado.

Como permitido pela Resolução CGPC nº 28, a Fundação optou pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 comparativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. As práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC foram alteradas a partir de 2010 e as demonstrações contábeis consolidadas e individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado e do fluxo financeiro desse exercício, estão sendo reapresentadas de acordo com o novo padrão contábil para fins de comparabilidade.

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

3.3) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2010 e 2009, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

3.4) Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são os seguintes:

I. Renda Fixa

Os investimentos em Renda Fixa estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “*pro rata*” até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Renda Variável

As aplicações em fundos de Renda Variável estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações financeiras. As aplicações em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de Setembro de 2009.

III. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações efetuadas e deduzida da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.

IV. Operações com Participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Fundação:

a) Empréstimos Simples

Em atendimento aos Normativos Legais e decisões internas datadas de Novembro de 2010, foi aprovada a redução da taxa de juros de 0,8% para 0,6% ao mês, com a ampliação do prazo para pagamento de 36 para até 60 meses, bem como, a taxa de garantia dos atuais 0,3% para 0,5% incidente sobre o valor bruto do empréstimo liberado aos participantes e assistidos da REDEPREV.

3.5) Imobilizado

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Taxa
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e Utensílios	10%
Maquinas e Equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%
Ventiladores – Refrigeradores de Ar	25%

3.6) Intangível

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009, permanecerá nesta classificação até sua completa amortização, não sendo permitida a inclusão de novos valores no referido grupo contábil.

No registro contábil das amortizações, a REDEPREV observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada, mensalmente, como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível é independente da existência do resultado do PGA.

3.7) Provisão de Férias e 13º. Salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionadas no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.8) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e

- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado no Passivo Contingencial do plano em conta redutora.

3.9) Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o Plano de Custeio vigente.

3.10) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdências.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o Plano de Custeio vigente.

Para custear as despesas com a gestão administrativa no exercício de 2010, as Patrocinadoras tiveram que fazer uma contribuição mensal equivalente a 1,10 % sobre a folha de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

As despesas específicas são alocadas diretamente ao plano que originou e as despesas comuns administrativas são custeadas pelas contribuições vertidas ao Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns de investimento são rateadas pelo número de participantes ativos e assistidos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a REDEPREV utiliza o critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos.

A entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA e aprovado pelo Conselho Deliberativo da REDEPREV, está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

NOTA 4 – PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS

4.1 - REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registram os recursos a receber referente às contribuições previdências dos participantes, patrocinadoras e autopatrocinados normais ou extraordinárias, e contribuições sobre 13º salário, do mês em curso e em atraso, bem como, as contribuições contratadas com patrocinadoras, suportadas por contrato, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	31/12/2010	31/12/2009
GESTÃO PREVIDÊNCIAL	24.373	31.537
1. Recursos a Receber	24.263	31.428
1.1 Contribuições Normais do Mês	1.481	1.271
1.2 Contribuições Normais em Atraso	0	1
1.3 Contribuições Sobre 13.º Salário	351	188
1.4 Contribuições Contratadas (Nota 4.1.1)	22.430	29.968
2. Adiantamentos	5	3
3. Outros Realizáveis	106	106

4.1.1 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS – Operações com Patrocinadora

Trata-se de contratos celebrados junto às patrocinadoras referentes a transações e valores de déficits atuariais de exercícios anteriores, contribuições não repassadas e/ou custos de serviços do passado e em conformidade com a legislação vigente. A seguir, apresentamos a composição consolidadas das Contribuições Contratadas, por Plano de Benefícios:

PATROCINADORA	PLANO DE BENEFÍCIOS	31/12/2010	31/12/2009
Contribuições em Atraso Contratadas		1.714	4.951
CELPA - (a)	Plano CELPA BDI	985	2.846
CELPA - (a)	Plano CELPA BDII	523	1.509
CELPA - (a)	Plano de Benefícios R	10	30
CELPA - (a)	Plano CELPA OP	196	566
Serviços Passados Contratados		20.466	24.267
CEMAT – (b)	Plano CEMAT BDI	6.859	8.133
CEMAT – (b)	Plano CEMAT OP	13.607	16.134
Déficit Técnico Contratado		250	750
CEMAT – (b)	Plano de Benefícios R	250	750
Total das Contribuições Contratadas		22.430	29.968

a) Patrocinadora CELPA

Em junho de 1996, foi concretizado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida entre a extinta **FUNGRAPA** e a CELPA, consolidando dívidas em R\$ MIL 12.726 (Doze Milhões Setecentos e Vinte e Seis Mil). O saldo da dívida é acrescido de atualização monetária pela variação anual do INPC-IBGE e de encargos financeiros de 0,5% a.m.. O prazo final de vencimento é 30 de junho de 2011. A seguir, apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Anterior	4.951	7.534
(-) Recebimentos	(3.539)	(3.146)
(+) Atualização Monetária e Juros	302	563
Saldo Final	1.714	4.951
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	6	18

Como garantia para os pagamentos das parcelas remanescentes, a patrocinadora CELPA entregou/vinculou os créditos que forem feitos à sua conta arrecadação, provenientes das receitas próprias decorrentes da arrecadação de contas de energia elétricas, até o montante suficiente para pagamento das parcelas mensal e encargos devidos em cada vencimento.

b) Patrocinadora CEMAT

Déficit Técnico do Plano BDI e Plano CEMAT OP

Em janeiro de 2003 foi celebrado o contrato junto a Patrocinadora no valor de R\$ 23.239 (Vinte e Três Milhões, Duzentos e Trinta e Nove Mil Reais), com previsão de pagamento em 132 (cento e trinta e duas) prestações mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente pelo INPC do IBGE e juros reais equivalentes a 6% ao ano. Em junho de 2004, o pagamento das parcelas foi suspenso, retornando a partir de junho de 2006. O prazo final de vencimento é 31 de dezembro de 2013. A seguir apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Anterior	24.267	27.472
(-) Recebimentos	(6.465)	(5.813)

(+) Atualização Monetária e Juros	2.664	2.608
Saldo Final	20.466	24.267
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	48	60

Déficit Técnico do Plano CEMAT R

No dia 18 de Julho de 2006, foi assinado um novo aditivo onde a Patrocinadora CEMAT se responsabilizou pelo Déficit Técnico apurado no Plano CEMAT-R, no valor de R\$ 2.500 (Dois Milhões, Quinhentos Mil Reais) sendo a primeira prestação paga em Julho de 2006. O prazo final de vencimento é 30 de junho de 2011.

A seguir, apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Anterior	750	1.251
(-) Recebimentos	(705)	(672)
(+) Atualização Monetária e Juros	205	171
Saldo Final	250	750
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	06	18

Como garantia para os pagamentos das parcelas remanescentes, a patrocinadora CEMAT entregou/vinculou os créditos que forem feitos à sua conta arrecadação, provenientes das receitas próprias decorrentes da arrecadação de contas de energia elétricas, até o montante suficiente para pagamento das parcelas mensal e encargos devidos em cada vencimento.

4.2 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é a seguinte:

ITEM	31/12/2010	31/12/2009
GESTÃO ADMINISTRATIVA	295	53
1. Contas a Receber	239	0
1.1 Contribuições para Custeio	239	0
2. Adiantamentos	17	18
3. Outros Realizáveis	39	35

4.3 - REALIZÁVEL - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

No Programa de Investimentos estão registradas, por segmento, as aplicações dos recursos garantidores da Fundação: ativos de renda fixa e de renda variável, investimentos imobiliários e operações com participantes e a estrutura da gestão dos investimentos está dividida em:

- UNIFUNDO - para as aplicações financeiras dos recursos garantidores nas modalidades em “Renda Fixa” e “Renda Variável” – que caracteriza uma gestão compartilhada, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos dos planos de benefícios.
- MULTIFUNDO – para as aplicações financeiras dos recursos garantidores nas modalidades em Imóveis e Empréstimos Financeiros a Participantes – que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios, indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

A seguir, apresentamos o realizável do Programa de Investimentos, em 31 de dezembro 2010, com o comparativo do exercício anterior:

DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009
INVESTIMENTOS	720.673	650.519
1.1. Títulos Públicos Federais	219.678	191.856

Notas do Tesouro Nacional	219.678	191.856
1.2. Créditos Privados e Depósitos	300.632	230.288
1.2.1 Instituições Financeiras	204.008	140.077
CDB Bic Banco	31.305	11.199
CDB Industrial	9.051	8.079
CDB Sofisa	17.959	6.174
CDB Panamericano	20.766	32.500
CDB Pine	32.227	28.490
CDB Mercantil	10.278	10.456
CDB Daycoval	11.622	10.274
CDB Rural	26.878	21.405
CDB Fibra	5.487	0
Debêntures Votorantin Financeira	0	664
Debêntures Bicarred	0	3.144
DPGE Sofisa	8.683	7.692
DPGE Modal	10.949	0
DPGE Panamericano	13.593	0
LFS Itau	5.210	0
1.2.2 Companhias Abertas	50.538	45.107
Debêntures Cemig	16.163	14.185
Debêntures Nova Dutra	0	737
Debêntures CPFL	590	1.166
Debêntures Coelse	14.420	10.478
Debêntures Bandener	1.031	2.038
Debêntures Tlnl	1.272	1.252
Debêntures Eco Rodovias	17.062	15.251
1.2.3 Patrocinadora	46.086	45.104
Debêntures Rede Energia	46.086	45.104
1.3 Ações	21.540	234
1.3.1 Patrocinadora	21.540	234
Rede Energia	21.540	234
1.4 Fundos de Investimento	132.673	184.516
1.4.1 Referenciado	23.185	60.505
Bradesco	9.907	60.505
BNP	13.278	0
1.4.2 Renda Fixa	57.496	19.179
Bradesco	29.043	3.813
Itau	14.184	12.491
Mellon	10.237	2.875
Sul América	2.834	0
HSBC	1.198	0
1.4.3 Ações	20.729	67.317

Bradesco	4.902	31.950
Pactual	0	18.697
Mellon	6.866	16.670
Goldman Sachs	1.978	0
CSHG Strategy	6.983	0
1.4.4 Multimercado	25.999	32.011
Fator	0	3.410
Itau	12.285	0
Mellon	0	19.116
Dreyfus	0	9.067
Bradesco	13.714	418
1.4.5 Direitos Creditórios	5.264	5.504
Ceee	5.264	5.504
2. Investimentos Imobiliários	26.482	25.844
2.1. Imóveis em Construção	1.376	0
2.2. Aluguéis e Renda	25.106	25.544
2.3. Direitos alienações de Inv.Imobiliários	0	300
3. Operações com Participantes	19.476	17.781
3.1. Empréstimos	19.476	17.781
4. Outros Realizáveis	192	0

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Fundação foram classificados na categoria “Títulos para Negociação” e os mesmos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício, conforme a Resoluções nº. 04, de 30 de Janeiro de 2002, nº. 08 de junho de 2002, e nº. 22, de 25 de fevereiro de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e em consonância com as normas do Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2010		31/12/2009	
DESCRIÇÃO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Títulos Públicos Federais	147.069	219.678	147.069	191.856
NTN	147.069	219.678	147.069	191.856
Créditos Privados e Depósitos	281.883	300.632	224.268	230.288
CDB Bic Banco	28.641	31.305	10.266	11.199
CDB Industrial	8.720	9.051	7.845	8.079
CDB Sofisa	16.000	17.959	6.000	6.174
CDB Panamericano	20.653	20.766	30.000	32.500
CDB Pine	30.000	32.227	28.311	28.490
CDB Mercantil	10.000	10.278	10.232	10.456
CDB Daycoval	10.000	11.622	10.000	10.274
CDB Rural	26.136	26.878	20.980	21.405
CDB Fibra	5.000	5.487	0	0
Debêntures Votorantin	0	0	620	664
Debêntures Bicarred	0	0	3.039	3.144

DPGE Sofisa	7.000	8.683	7.000	7.692
DPGE Modal	10.000	10.949	0	0
DPGE Panamericano	14.000	13.593	0	0
LFS Itau	5.000	5.210	0	0
Debêntures Cemig	11.706	16.163	11.706	14.185
Debêntures Nova Dutra	0	0	2.447	737
Debêntures CPFL	1.183	590	1.183	1.166
Debêntures Coelse	13.262	14.420	10.057	10.478
Debêntures Bandener	3.083	1.031	3.083	2.038
Debêntures Tlnl	1.267	1.272	1.267	1.252
DebênturesEco Rodovias	15.232	17.062	15.232	15.251
Debêntures Rede Energia	45.000	46.086	45.000	45.104
	428.952	520.310	371.337	422.144

Independente da classificação adotada, a Fundação procura respeitar, para os casos que tem esse compromisso, os seus prazos previstos e negociados, quando da aplicação dos recursos. A seguir, apresentamos a composição das aplicações dos títulos e valores mobiliários, do Programa de Investimentos segregados em curto prazo (vencimento até 12 meses) e longo prazo (vencimento após 12 meses):

- Exercício de 2010

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.1. Títulos Públicos Federais	0	219.678	219.678
Notas do Tesouro Nacional	0	219.678	219.678
1.2. Créditos Privados e Depósitos	113.624	187.008	300.632
1.2.1 Instituições Financeiras	110.731	93.277	204.008
CDB Bic Banco	27.980	3.325	31.305
CDB Industrial	9.051	0	9.051
CDB Sofisa	7.095	10.864	17.959
CDB Panamericano	20.766	0	20.766
CDB Pine	0	32.227	32.227
CDB Mercantil	10.278	0	10.278
CDB Daycoval	0	11.622	11.622
CDB Rural	26.878	0	26.878
CDB Fibra	0	5.487	5.487
DPGE Sofisa	8.683	0	8.683
DPGE Modal	0	10.949	10.949
DPGE Panamericano	0	13.593	13.593
LFS Itau	0	5.210	5.210
1.2.2 Companhias Abertas	2.893	47.645	50.538
Debêntures Cemig	0	16.163	16.163
Debêntures CPFL	590	0	590
Debêntures Coelse	0	14.420	14.420

Debêntures Bandener	1.031	0	1.031
Debêntures Tlnl	1.272	0	1.272
Debêntures Eco Rodovias	0	17.062	17.062
1.2.3 Patrocinadora	0	46.086	46.086
Debêntures Rede Energia	0	46.086	46.086
1.3 Ações	21.540	0	21.540
1.3.1 Patrocinadora	21.540	0	21.540
Rede Energia	21.540	0	21.540
1.4 Fundos de Investimento	132.673	0	132.673
1.4.1 Referenciado	23.185	0	23.185
Bradesco	9.907	0	9.907
BNP	13.278	0	13.278
1.4.2 Renda Fixa	57.496	0	57.496
Bradesco	29.043	0	29.043
Itau	14.184	0	14.184
Mellon	10.237	0	10.237
Sul América	2.834	0	2.834
HSBC	1.198	0	1.198
1.4.3 Ações	20.729	0	20.729
Bradesco	4.902	0	4.902
Mellon	6.866	0	6.866
Goldman Sachs	1.978	0	1.978
CSHG Strategy	6.983	0	6.983
1.4.4 Multimercado	25.999	0	25.999
Itau	12.285	0	12.285
Bradesco	13.714	0	13.714
1.4.5 Direitos Creditórios	5.264	0	5.264
Ceee	5.264	0	5.264

- Exercício de 2009

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.1. Títulos Públicos Federais	0	191.856	191.856
Notas do Tesouro Nacional	0	191.856	191.856
1.2. Créditos Privados e Depósitos	95.337	134.951	230.288
1.2.1 Instituições Financeiras	94.600	45.477	140.077
CDB Bic Banco	11.199	0	11.199
CDB Industrial	8.079	0	8.079
CDB Sofisa	0	6.174	6.174
CDB Panamericano	26.316	6.184	32.500
CDB Pine	13.337	15.153	28.490
CDB Mercantil	10.456	0	10.456

CDB Daycoval	0	10.274	10.274
CDB Rural	21.405	0	21.405
Debêntures Votorantin Financeira	664	0	664
Debêntures Bicarred	3.144	0	3.144
DPGE Sofisa	0	7.692	7.692
1.2.2 Companhias Abertas	737	44.370	45.107
Debêntures Cemig	0	14.185	14.185
Debêntures Nova Dutra	737	0	737
Debêntures CPFL	0	1.166	1.166
Debêntures Coelse	0	10.478	10.478
Debêntures Bandener	0	2.038	2.038
Debêntures Tlnl	0	1.252	1.252
Debêntures Eco Rodovias	0	15.251	15.251
1.2.3 Patrocinadora	0	45.104	45.104
Debêntures Rede Energia	0	45.104	45.104
1.3 Ações	0	234	234
1.3.1 Patrocinadora	0	234	234
Rede Energia	0	234	234
1.4 Fundos de Investimento	0	184.516	184.516
1.4.1 Referenciado	0	60.505	60.505
Bradesco	0	60.505	60.505
BNP	0	0	0
1.4.2 Renda Fixa	0	19.179	19.179
Bradesco	0	3.813	3.813
Itau	0	12.491	12.491
Mellon	0	2.875	2.875
1.4.3 Ações	0	67.317	67.317
Bradesco	0	31.950	31.950
Pactual	0	18.697	18.697
Mellon	0	16.670	16.670
1.4.4 Multimercado	0	32.011	32.011
Fator	0	3.410	3.410
Mellon	0	19.116	19.116
Dreyfus	0	9.067	9.067
Bradesco	0	418	418
1.4.5 Direitos Creditórios	0	5.504	5.504
Ceee	0	5.504	5.504

4.3.1 – PROVISÕES PARA PERDAS

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB emitida pelo Banco Santos no valor R\$ 10.352 (Dez Milhões, Trezentos e Cinquenta e Dois Mil Reais) (Posição 12/11/2004). Este Banco em 12 de novembro de 2004 sofreu intervenção do Banco Central. No exercício corrente, o Banco Central do Brasil

decretou a liquidação extrajudicial da instituição financeira, e a REDEPREV de acordo com a Resolução MPAS/CGPC nº. 5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº. 10, de 05 de julho de 2002 vigentes à época, provisionou como Liquidação Duvidosa no seu resultado o valor de R\$ 13.019 (Treze Milhões, Dezenove Mil Reais) que equivale a 100% do total desta operação.

Em 02 de julho de 2010 a administração da massa falida do Banco Santos efetuou o pagamento do primeiro rateio dos créditos quirografários à REDEPREV que no valor de R\$ 1.135 (Um Milhão, Cento e Trinta e Cinco Mil Reais), reduzindo assim a provisão inicial da rubrica Liquidação Duvidosa para R\$ 11.884 (Onze Milhões, Oitocentos e Oitenta e Quatro Mil Reais) em 31/12/2010.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 644424.5-0) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco Santos, massa falida, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 (Vinte Mil Reais) até atingir o valor total do investimento, considerando o aplicador individual.

4.3.2 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

a) Edificações para Renda - Locadas a Patrocinadora.

São registradas pelo custo de aquisição, e estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente pela Unidade Fiscal de Referência – UFIR, até 31 de dezembro de 1995 e ajustados por reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada do bem. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Bragança Paulista – SP	5.180	5.255
Terreno	1.745	1.745
Edificações	3.435	3.510
São Paulo – SP Conjunto nº. 101	1.199	1.224
Terreno	446	446
Edificações	753	778
São Paulo – SP Conjunto nº. 111	807	826
Terreno	265	265
Edificações	542	561
São Paulo – SP Conjunto nº. 112	807	826
Terreno	265	265
Edificações	542	561
São Paulo – SP Conjunto nº. 121	1.087	1.110
Terreno	400	400
Edificações	687	710
São Paulo – SP Conjunto nº. 122	814	831
Terreno	300	300
Edificações	514	531
São Paulo – SP Conjunto nº. 131	1.312	1.338
Terreno	531	531
Edificações	781	807
São Paulo – SP Conjunto nº. 132	1.254	1.281
Terreno	488	488
Edificações	766	793
São Paulo – SP Conjunto nº. 141	904	924

Terreno	320	320
Edificações	584	604
São Paulo – SP Conjunto nº. 142	909	929
Terreno	338	338
Edificações	571	591
Araguaína – TO	1.434	1.451
Terreno	986	986
Edificações	448	465
Belém – PA	8.959	9.115
Terreno	2.124	2.124
Edificações	6.835	6.991
Valores a Receber	440	434
Imóveis em Construção	1.376	0
TOTAL	26.482	25.544

b) Participações – Shopping Center

Refere-se a venda da participação da REDEPREV de 4% do Castanheira Shopping Center, localizado a BR-316, km 01, Bairro de Castanheiras, cidade de Belém, para a empresa Líder Empreendimentos e Participações no valor de R\$ 2.000 (Dois Milhões Reais) sendo pago uma entrada de R\$ 200 (Duzentos Mil Reais) no mês de junho de 2007, e um total de 06 (Seis) prestações no ano de 2007 ficando para serem pagos 30 (Trinta) prestações de R\$ 50 (Cinquenta Mil Reais) cada uma reajustada mensalmente pela variação do IGPM. O contrato foi saldado no mês de junho de 2010.

A seguir, apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Anterior	300	900
(-) Recebimentos	(308)	(694)
(+) Atualização Monetária e Juros	8	94
Saldo Final	0	300
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	0	6

c) Imóveis em Construção

Refere-se à construção de um prédio para funcionamento do *Call Center* no imóvel localizado na Av. Augusto Montenegro Km 8,5 Belém/PA e modernização civil, elétrica e hidráulica do 11º andar do Edifício Eloy Chaves nº 2.439 São Paulo/SP.

4.3.3- Operações com Participantes

Registra-se nesta conta todo empréstimo liberado aos participantes: ativos, assistidos, pensionistas e autopatrocinados da Fundação. Para usufruir deste benefício o participante/colaborador das patrocinadoras deverá ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos, ter no mínimo 06 (seis) meses de vínculo empregatício com a patrocinadora e estar inscrito a pelo menos 06 (seis) meses no Plano de Benefício.

4.4 – ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente é composto pelos grupos “Imobilizado” e “Intangível”, onde estão registrados os bens duráveis adquiridos ao longo dos anos e registrados nesta conta pelo valor de aquisição e/ou reavaliação, deduzidos da depreciação/amortização, segundo método linear. A seguir, apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

Descrição	Taxa	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	31/12/2010	31/12/2009
					Reclassificado
Imobilizado				840	872
Terrenos		445	0	445	445
Edificações	2%	192	(14)	178	186
Móveis e Utensílios	10%	173	(85)	88	100
Maquinas e Equipamentos	10% -25%	55	(36)	19	23
Veículos	20%	36	(4)	32	28
Computadores e Periféricos	20%	195	(139)	56	69
Condicionador de Ar	25%	42	(32)	10	9
Outros		12	0	12	12
Intangível				237	288
Software	20%	330	(93)	237	288
PERMANENTE		1.480	(403)	1.077	1.160

A Fundação possui 01(um) imóvel situado na Praça Justo Chermont, 64, Bairro Nazaré, Belém/PA, o qual foi adquirido com recursos do Fundo Administrativo.

4.5 – EXIGIVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

São registradas as obrigações a pagar relativas aos benefícios devidos aos participantes, assistidos, autofinanciados, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações.

ITEM	31/12/2010	31/12/2009
GESTÃO PREVIDENCIAL	2.044	2.370
1.1 Utilização à pagar	1.654	1.695
1.2 Retenções à Recolher	237	196
1.3 Contribuições Contratadas	113	445
1.4 Outras Exigibilidades	40	34

4.6 – EXIGIVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

São registradas as obrigações a pagar relativas a fornecedores, pessoal, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações.

ITEM	31/12/2010	31/12/2009
GESTÃO ADMINISTRATIVA	315	471
1.1 Contas a Pagar	267	438
1.2 Retenções a Recolher	46	31
1.3 Outras Exigibilidades	2	2

4.7 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROCESSOS JUDICIAIS

A Fundação responde por processos judiciais de natureza previdenciária, relativos a pedidos de ex-participantes, para que lhes sejam pagas diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança, por ocasião dos respectivos desligamentos.

A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos foi estimada e atualizada pela administração e está amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos legais externos e totaliza em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 760 (Setecentos e Sessenta Mil Reais) e em 31 de dezembro de 2009 o montante de R\$ 237 (Duzentos e Trinta e Sete mil Reais).

A referida provisão contempla a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destes processos, considerando também as custas judiciais, os honorários advocatícios e eventuais despesas com perícias.

A Fundação responde também por outros processos no montante de R\$ 258 (Duzentos e Cinquenta e Oito Mil), cujos riscos de perda são considerados pela administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, como possível e para esses casos não há provisão constituída, conforme previsto na CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade em 24/07/2009.

4.8 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, todos os Planos de Benefícios Previdenciais foram objeto de avaliação atuarial e cálculo das suas provisões matemáticas, sendo que as mesmas foram constituídas com base Nota Técnica Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/C Ltda. – ETA. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	387.610	364.759
BENEFÍCIOS A CONCEDER	239.330	215.698
Contribuição Definida	223.731	200.889
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	15.599	14.809
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	18.591	17.319
(-)Valor Atual das Contrib. Futuras das Patrocinadoras	(1.548)	(1.257)
(-)Valor Atual das Contrib. Futuras das Participantes	(1.444)	(1.253)
TOTAL DO EXIGÍVEL ATUARIAL	626.940	580.457

- Benefícios Concedidos - são atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa de assistidos, que foi reavaliada em dezembro de 2010, com dados cadastrais de novembro de 2010.
- Benefícios a Conceder – são atualizados mensalmente pelas informações cadastrais da massa de ativo, e reavaliadas em dezembro de 2010, com dados cadastrais de novembro de 2010.

4.9 – EQUILÍBRIO TÉCNICO E FUNDOS

A seguir apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

DESCRIÇÃO	31/12/2010	31/12/2009
EQUILÍBRIO TÉCNICO	47.278	44.831
Reserva de Contingência	47.278	44.831
FUNDOS PREVIDENCIAIS	69.761	55.022
Fundo Previdencial	68.233	53.792
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	19.044	13.127
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	49.189	40.665

Fundo Administrativo	1.443	1.160
Fundo de Investimentos	85	70

4.9.1 - Superávit Técnico Acumulado

Superávit Acumulado - O superávit técnico acumulado está composto por Reserva de Contingência, sendo constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% do total das provisões matemáticas.

4.9.2 - Fundos Previdenciais

Correspondem aos seguintes fundos:

- Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar - Conforme Artigo 37 do Regulamento do Plano CEMAT Optativo, Artigo 39 do Regulamento do Plano CELPA Optativo e Plano ELETRICAS Optativo, os saldos remanescentes nas contas dos Fundos B2 e D, em razão de cancelamento de inscrição do Participante Contribuinte, serão utilizados para à constituição de um Fundo Previdenciário para prioritariamente cobrir eventuais insuficiências de reservas técnicas ou outro fim que não contrarie a legislação vigente.
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial (Fundo para Cobertura de Oscilação de Risco) – é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas do Programa Previdencial e sob a responsabilidade do atuário.

4.9.3 – Fundo Administrativo

Constituído mensalmente pelo resultado apurado entre as despesas, receitas e transferência entre programas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados no mercado financeiro.

Para custear as despesas com a gestão administrativa no exercício de 2010, as Patrocinadoras tiveram que fazer uma contribuição mensal equivalente a 1,10% sobre a folha de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

4.9.4 – Fundo de Investimentos

Constituído com os recursos de cobertura de riscos da carteira de empréstimo pelos participantes, assistidos e autofinanciados, sob a taxa de 0,5% sobre os empréstimos concedidos.

NOTA 5 – FUNDO PREVIDENCIAL X CUSTEIO PLANO R (RISCO)

Através da Avaliação Atuarial que determina as necessidades financeiras dos Planos de Benefícios, foi determinada através do Plano Anual de Custeio a cobrança da taxa de contribuição mensal de 1,85% sobre a folha de salários das patrocinadoras para o Plano de Benefícios-R pelo período de 01/05/2010 a 30/04/2011.

O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, não consumidas pelos riscos decorridos ou pela formação de Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

O Fundo existente em 31/12/2009 foi creditado pelas contribuições efetuadas pela Patrocinadora no exercício de 2010 e debitado no mês da concessão do benefício de invalidez e/ou morte do Participante, pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para a garantia do benefício de Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e/ou da Suplementação da Pensão por Morte e pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, apresentando em 31/12/2010 um saldo no valor de R\$ 4.345 (Quatro Milhões, Trezentos e Quarenta e Cinco Mil Reais). Tem por finalidade específica suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e Pensionistas. A sua constituição está prevista no Regulamento do plano e na Nota Técnica Atuarial.

NOTA 6 – APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

Refere-se a eliminação dos ajustes decorrentes da Participação do Fundo Administrativo no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis em 31/12/2010.

PLANOS	ATIVO	PASSIVO
ELÉTRICAS BDI	68.345	68.345
ELÉTRICAS OP	124.456	124.456
CELPA BDI	136.419	136.419
CELPA BDII	68.351	68.351
CELPA OP	111.830	111.830
CEMAT BDI	45.482	45.482
CEMAT OP	158.500	158.500
PL. RISCO	33.606	33.606
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	1.787	1.787
DEMONSTRATIVO AUXILIAR (OP. COMUNS)	(1.443)	(1.443)
CONSOLIDADO	747.333	747.333

NOTA 7 – OUTRAS INFORMAÇÕES

7.1 – AGENTE CUSTODIANTE

A Fundação tem como contratado o Itaú CTVM - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, agente custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável, conforme determina o art. 14 e art. 15 da Resolução nº 3.792 de Setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional.

7.2 – NOVO PLANO DE CONTAS

Os novos procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), aprovados pela Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009 e regulamentado pela Instrução Normativa MPS/SPC Nº. 34 de setembro de 2009 entraram em vigor a partir de 1º janeiro de 2010.

O novo Plano de Contas, permitiu o aumento da visibilidade e transparência das operações, com foco maior nos planos de benefícios, além de proporcionar informações precisas e simplificadas para os participantes das EFPC's.

A Resolução também busca alinhar a contabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar as normas internacionais.

7.3 - MUDANÇA DO SISTEMA INTEGRADO PARA FUNDO DE PENSÃO

A Fundação contratou as empresas AMADEUS SOFTWARES DE PREVIDÊNCIA E SAÚDE LTDA e a DRIVE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA, para implantação de sistema de informática integrado, cujo objetivo é aprimorar os controles e

funcionalidades operacionais dos processos relacionados às atividades de cadastro de participantes, concessão e pagamento de benefícios e empréstimos, tesouraria, contabilidade e investimentos, proporcionando aos colaboradores e gestores melhores condições operacionais e informações com qualidade para tomada de decisão. O novo sistema possibilita também, o acesso dos participantes, via internet, à simulação de empréstimos e benefícios, atualização de dados cadastrais além de outras informações de seu interesse. A implantação teve início em agosto de 2009 e sua conclusão foi efetivada em maio de 2010.

* * *

André Bolonha Fiuza de Mello

Diretor Presidente

CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho

Contador

CRC MT-011135/0-2 "S" SP



Tel.: +55 (19) 3737-1600
Fax.: +55 (19) 3737-1601
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua Barão de Jaguara, 707
Centro Empresarial de Campinas
Bloco Amadeus - 11º andar
Campinas - SP - Brasil
13015-001

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores, Participantes e Patrocinadoras da
REDEPREV - Fundação Rede de Previdência
Bragança Paulista - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da REDEPREV - Fundação Rede de Previdência ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da REDEPREV - Fundação Rede de Previdência em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC n° 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC.

Campinas, 17 de março de 2011

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Esmir de Oliveira'.

Esmir de Oliveira
Sócio-contador
CRC 1SP109628/O-1
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5